

DECLARAÇÃO

Carla Sofia Simões Marques C. Cidadão nº 12215645, residente em Rua Principal, Altos, Abiúl 3100 - 015 Pombal, na qualidade de representante da empresa **Abicalçadas – Pavimentos e Calçadas Lda.**, NIPC PT 505511088, com sede na Rua da Via Rápida, Mogadouro de Cima 3240-681 Santiago da Guarda, Leiria, titular do Alvará de Construção nº 55670, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de empreitada “ **Freguesia de Pombal / Arruamentos na Freguesia (Requalificação de Ruas no lugar da Arroiteia)**” declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado no Caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.

Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que se junta em anexo:

- a) Declaração de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos
- b) Proposta
- c) Nota Justificativa do Preço
- d) Memória Descritiva e Justificativa
- e) Documento a que alude o n.º 4 do Artigo 60º do CCP
- f) Lista Preços Unitários
- g) Plano de Trabalhos, tal como definido no artigo 361º do CCP

Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do referido contrato, ao disposto da legislação portuguesa aplicável.

Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi considerada por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos a Portugal;

f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82m de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003. de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460º do Código dos Contratos Públicos;

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ;

i) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ou os titulares dos seus Órgãos sociais de administração. direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:

I) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definido no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

II) Corrupção. na aceção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

III) Fraude, na aceção da artigo n.º 1 da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

IV) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo n.º 1 do Directivo n. 91 /308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Quando a entidade adjudicante o solicitar, a concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) do n.º 4 desta declaração.

O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual podem determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente



ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Mogadouro de Cima, 05 de Novembro de 2014